



## DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Ano XV - nº 281 - Porto Alegre, quarta-feira, 21 de outubro de 2020

### SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

#### PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### 4ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ

#### PORTARIA Nº 1164/2020

Dispõe sobre a designação e realização de teleaudiências no âmbito da 4ª Vara Federal de Maringá-PR e 10ª Unidade Avançada de Atendimento de Astorga-PR.

O Dr. Alexei Alves Ribeiro, Juiz Federal e o Dr. Emanuel Alberto Sperandio Garcia Gimenes, Juiz Federal Substituto, ambos da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Maringá e 10ª Unidade Avançada de Atendimento de Astorga, Seção Judiciária do Paraná, no uso de suas atribuições e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de designação e realização de audiências virtuais (teleaudiências) em razão da excepcional situação decorrência da COVID-19, bem como da disponibilização do Aplicativo ZOOM para essa finalidade;

**CONSIDERANDO** a orientação da Corregedoria do TRF da 4ª Região no sentido de que os atos presenciais sejam realizados a título de exceção, ou seja, mesmo com a retomada do trabalho presencial a regra será a realização de teleaudiências;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica a Secretaria autorizada a utilizar o despacho abaixo para a designação de teleaudiências nos processos que estejam aguardando sua realização:

1. Considerando a excepcional situação experimentada atualmente em decorrência da COVID-19, pandemia reconhecida expressamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas autoridades competentes, bem como diante dos protocolos de prevenção e controle expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e sua Corregedoria, autoridades de saúde nacionais, estaduais e locais e a ainda necessidade da manutenção do isolamento social para reduzir a propagação do vírus, torna-se inviável a realização de audiências presenciais neste momento.

Importante ressaltar também que, não obstante possa haver em breve o retorno ao trabalho presencial (em etapas) e abertura dos prédios da Justiça Federal da 4ª Região, é orientação da Corregedoria que os atos presenciais sejam realizados a título de exceção, ou seja, mesmo com a retomada do trabalho presencial a regra será a realização de teleaudiências.

2. Este Juízo tem ciência de que grande parcela da população não possui acesso à internet e equipamentos necessários para uma eficiente comunicação virtual. Entretanto, diante do panorama atual a realização das audiências na forma acima referida é medida suficiente e necessária para a retomada da tramitação dos processos que aguardam o referido ato processual.

3. Importante asseverar que se reconhece às audiências telepresenciais valor jurídico equivalente ao conferido às realizadas presencialmente, devendo seguir rito análogo ao adotado nas solenidades presenciais, observadas as peculiaridades da via telepresencial.

4. A realização da teleaudiência observará os seguintes parâmetros (extraídos de atos normativos, orientações e recomendações do CNJ, TRF4 e Corregedoria do TRF4):

A) A tomada de depoimento pessoal da parte autora e oitiva de suas testemunhas deverá ser realizada com o menor deslocamento e aglomeração de pessoas possível, sendo que preferencialmente a parte autora e as testemunhas deverão ser ouvidas a partir de suas respectivas residências ou locais de trabalho;

B) A fim de compatibilizar a necessidade de produção da prova com as dificuldades das partes e testemunhas de acesso à tecnologia necessária, será permitida, de forma excepcional, a presença da parte autora e uma testemunha no escritório de seu advogado(a), não sendo obrigatório que ambos (parte e procurador) estejam no mesmo local;

No escritório do(a) advogado(a) deverá ser disponibilizado álcool gel 70% para higienização, sendo que todos os presentes deverão utilizar máscaras conforme Lei Ordinária n.º 20.189, de 28/04/2020 do Estado do Paraná; as demais recomendações das autoridades de saúde, em vigor na data do ato, também deverão ser observadas;

A parte e/ou testemunha que se deslocar ao escritório do advogado preferencialmente não deverá(ao) figurar entre as pessoas consideradas como grupo de risco (portadores de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e problemas respiratórios). Poderão deslocar-se ao escritório do advogado, entretanto, indivíduos com 60 anos ou mais, desde que esse seja seu único fator de risco;

Frise-se que este Juízo, mesmo com todas as precauções a serem tomadas, tem preocupação com a situação de risco das pessoas idosas. Contudo, as possíveis limitações de tais pessoas para a realização do ato processual (falta de estrutura no que pertine à internet, equipamentos etc) autorizam tal medida, a fim de dar prosseguimento com a instrução da presente ação;

Não se admitirá o deslocamento, em qualquer circunstância, de pessoas que apresentem sintomas de contaminação pelo novo COVID-19, situação que deverá ser imediatamente comunicada ao Juízo;

C) As demais testemunhas deverão ser ouvidas de forma remota a partir de suas residências ou locais de trabalho e, na data do ato, poderão ser solicitadas a enviar suas localizações a partir do aplicativo Whatsapp ou apresentar o local onde estão por meio de vídeo;

D) A parte autora, seu advogado e testemunhas, assim como qualquer outra pessoa envolvida no ato, deverão firmar o compromisso de que todas as medidas necessárias à prevenção de contaminação estão sendo adotadas;

E) O número de envolvidos para a realização do ato deverá ser o menor possível. Preferencialmente não devem estar presentes, ao mesmo tempo, em um mesmo ambiente. Estando em um mesmo recinto, deverão guardar distância segura, conforme recomendado;

F) O procedimento zelará pela observância do princípio da incomunicabilidade das testemunhas e litigantes, salvo convenção entre as partes devidamente autorizada pelo Juízo, especialmente se houver testemunha que será inquirida a partir do escritório do advogado;

G) Em que pese a gravação da audiência, fica ressaltado que o Termo respectivo poderá ser digitado durante o ato;

Fica ressaltada ainda a vedação à gravação total ou parcial do ato, bem como a reprodução e transmissão, por meio de qualquer equipamento não oficial da Justiça Federal sem prévia autorização do Juízo;

H) O(a) advogado(a) da parte autora deverá informar por petição nos autos e antes da realização da audiência o nome da(s) testemunha(s) e os dados que possuir para facilitar eventual comunicação e contato, como os números de RG e CPF, o estado civil, o endereço residencial, o número de telefone celular com acesso a aplicativo de mensagens (whatsapp ou similar), recomendando-se que as petições que contenham os dados pessoais referidos no caput sejam marcadas no Eproc com sigilo em relação a terceiros; e

I) Durante a qualificação, a parte ou testemunha deverá se identificar oralmente e exhibir, quando necessário, documento oficial de identidade, e informar ao Juízo onde o depoente se encontra (local), podendo o magistrado determinar que seja exibido o ambiente onde está prestando depoimento.

5. A audiência será realizada pelo **ZOOM**, sistema oficial fornecido pelo TRF4, sendo que os participantes do ato deverão acessar a reunião via aplicativo ZOOM, o qual deverá estar instalado no dispositivo ou acessado pelo navegador (*link*: <https://zoom.us>).

Tratando-se de sala virtual única, utilizada para todas as audiências pautadas nesta unidade, o acesso ao link deverá ser feito com antecedência de 10 minutos do horário agendado. Busca-se, dessa forma, evitar coincidência de acesso antes do término do ato anterior.

Nos aparelhos smartphone, estações de trabalho ou qualquer outro dispositivo compatível, deverão os envolvidos clicar em referido *link* e seguir os passos para que a conexão seja estabelecida na sala virtual.

Após efetuar o acesso pelo link a ser informado em evento posterior à presente decisão, a parte será direcionada à sala de espera do aplicativo, aguardando a aceitação do moderador, conforme a disponibilidade para o início da audiência, caso ocorram eventuais atrasos.

6. É responsabilidade da parte comunicar, com a maior antecedência possível, eventual impossibilidade de realização da audiência, a fim de que seja possível aproveitar o horário para outro processo.

7. O não comparecimento da parte autora à audiência virtual poderá importar na extinção do processo, sem resolução de mérito (art. 51, I, da Lei 9.099/1995), sendo que a sua ausência não será suprida pelo comparecimento do advogado.

8. Caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada a respeito do dia, hora e local da audiência designada, dispensando-se a intimação do Juízo (art. 455, do CPC).

9. As instruções para acesso por meio de smartphone/aplicativo/navegador e demais informações (envio de link) serão juntadas em evento próprio na sequência desta decisão, sendo que as dúvidas podem ser solucionadas por meio de contato com esta Unidade Judiciária, via whatsapp - (44) 99104-5331, ou pelo telefone (44) 3220-2425, das 13 às 18 horas.

10. Caso haja discordância acerca da realização do ato na forma acima proposta, o processo poderá ser suspenso até que sejam retomadas as atividades normais desta Unidade Judiciária e/ou haja autorização para realização de audiências presenciais.

11. À Secretaria para pauta audiência e realizar as devidas intimações.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Dê-se ciência à Egrégia Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

---

Documento assinado eletronicamente por **Alexei Alves Ribeiro, JUIZ FEDERAL**, em 20/10/2020, às



08:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Alberto Sperandio Garcia Gimenès, Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena**, em 20/10/2020, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5334992** e o código CRC **A98C32E3**.